

DEBATE

ANC IPT

Sorman critica rumo da Carta e sugere uma reforma agrária

por Antonio Gutierrez de São Paulo

"Constituinte e reforma agrária. Esses são os dois pontos em que o Brasil precisa de regras claras para retomar seu processo de desenvolvimento, preservando a democracia. No entanto, as decisões caminham em sentido oposto às soluções." Essas críticas foram feitas pelo economista francês Guy Sorman, um defensor do liberalismo, que está visitando uma série de capitais brasileiras divulgando seu novo livro "A Nova Riqueza das Nações", a convite do Instituto Liberal Brasileiro, que também tem participação na edição desse livro no Brasil.

Para Sorman, que ontem concedeu uma entrevista coletiva à imprensa, em São Paulo, a solução para a dicotomia poder/miséria, que caracteriza hoje o País, é o liberalismo. Isso significa a incorporação de toda a população ao processo de desenvolvimento. "Cada um deve cumprir sua tarefa." O Estado deve cumprir seu papel e os empresários também", acentuou o economista.

A função do Estado deve restringir-se à garantia de saúde, educação, habitação e segurança econômica à população. "Tudo o que o Estado não faz há 50 anos", ressaltou Sorman. Os empresários, por sua vez, devem buscar a produção e esquecer as subvenções do governo. "Na filosofia liberal, a responsabilidade da produção não é de um pequeno grupo de empresários, mas de todos, sobretudo os agricultores", disse.

CONSTITUINTE

Sorman observou que o Brasil tem todas as condições para ser um País "não poderoso, mas desenvolvido". Isso não acontece, segundo ele, porque não existe definição das regras do jogo. Essa definição é função da Constituinte que, na sua opinião, caminha na direção errada.

"Os constituintes, observou, estão acumulando um conjunto de leis que não serão cumpridas. Isso porque eles fazem da elaboração da carta uma campanha

política. Essa situação seria evitada", analisou Sorman, "se para formular a Constituição tivesse sido eleito um Senado constituinte com pessoas racionais e independentes." Os eleitos teriam um mandato longo e não renovável, com a função de apenas redigir as leis e fazer com que elas fossem respeitadas. "Não há desenvolvimento e democracia se as leis puderem ser modificadas a todo momento pela corrupção", justificou.

REFORMA AGRÁRIA

Sorman mostrou-se preocupado com a necessidade de uma reforma agrária no País, que, para ele, "é a base da democracia". Como exemplo, ele citou as experiências, nesse campo, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan. "A idéia não é revolução social, mas criar pequenas empresas agrícolas com acesso ao sistema de crédito, irrigação e formação técnica", ressaltou. Para ele, os grandes proprietários de terra brasileiros são cegos quando recusam a reforma agrária que, por seu ponto de vista, devia dar-se com a compra das propriedades pelos agricultores, através de um sistema de financiamento.

O impasse nas questões da terra, ao lado da desordem econômica — caracterizada pela alta inflação —, pode levar a uma revolução social violenta, na visão do economista. Aliás, ao analisar a política industrial do governo, durante o encontro que teve com o presidente José Sarney na última terça-feira, Sorman observou que, apesar de serem medidas liberalizantes — por não restar outra saída para o governo —, faltou a inclusão de uma política agrária.

"O Brasil precisa criar a classe de pequenos proprietários de terra", insistiu Sorman. Mas ele reconhece que as forças políticas e sociais que poderiam operar o liberalismo não estão organizadas. Segundo Sorman, apenas as forças anti-liberais estão organizadas, como os militares e intelectuais de esquerda. No entanto, ele não vê ameaça de golpe militar.